

Por Renata Coutinho

O cálculo foi feito pelo ministro da saúde e diz respeito às contas do SUS. Projeto, no entanto, é polêmico

Uma receita extra de algo em torno de R\$ 30 bilhões para o SUS. Essa foi a conta feita pelo ministro da Saúde, Ricardo Barros, sobre o impacto do projeto de plano de saúde popular, que onere menos os cofres governamentais, desafogue o sistema e aumente a produtividade. A ideia está sendo estudada por uma grande força-tarefa, que inclui representantes dos governos em vários níveis, além de federações hospitalares e médicas, a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e entidades de defesa do consumidor. A proposta polêmica tem encontrado várias vozes contra, e os movimentos sociais o classificam como a privatização do SUS.

“É muito importante que possamos ampliar (a assistência) já que o Governo Federal está em déficit fiscal e com muita dificuldade. Nós estamos procurando outras fontes de financiamento para a saúde. Se nós conseguirmos trazer mais pessoas para os planos de saúde elas contribuirão com seus recursos e com isso vão ajudar o financiamento da saúde brasileira. O plano de saúde acessível nada mais é que uma flexibilização no roll mínimo de exigências da ANS para os planos de saúde de internação hospitalar”, justificou. O ministro ainda comentou que os atuais planos de saúde têm 50 milhões de usuários no País e um faturamento de R\$ 140 bilhões. O chefe da pasta enfatizou que o plano, se passar, terá adesão livre. “O governo apenas está propondo mudar a regulação”, afirmou. Para Barros, a estratégia é uma forma de abranger gratuitamente quem realmente precisa do SUS, ou seja, aqueles que não têm condições mínimas de pagar um pacote na rede privada. “Quem precisa efetivamente do serviço público vai ter um atendimento melhor, vai ter facilidade de acesso. O que nós queremos é otimizar e melhorar para todos. Queremos uma fórmula em que todos ganhem.”

Fonte: [Folha de Pernambuco](#), em 16.08.2016.